

Custo financeiro pode inviabilizar uso de royalties para garantir crédito ao Rio

Fabio Graner
De Brasília

Uma das preocupações nos bastidores do governo federal em torno da operação de crédito que o Banco do Brasil costura para o Rio de Janeiro com garantia na receita dos royalties do petróleo é em torno do custo financeiro. Como o Rio já realizou operação semelhante por meio da Rioprevidência, o Estado só poderá dar garantias de receitas previstas para entrarem no caixa a partir de 2020.

Em um ambiente de juros elevados e com garantias que se viabilizam em prazo muito longo, a tendência, de acordo com fontes do governo ouvidas pelo **Valor**, é que o custo para trazer a valor presente a receita de royalties seja muito alto para o Estado.

Embora esteja sendo vista dentro do governo como uma das poucas alternativas para geração de caixa para o Rio de Janeiro, técnicos reconhecem que a proposta

não é simples de ser “colocada de pé” pelo Banco do Brasil, que tem conversado com instituições financeiras estrangeiras para tentar chegar a um modelo viável.

O interesse real de investidores em financiar um Estado com graves problemas fiscais, com base em uma receita que não se sabe exatamente de quanto será daqui a quatro ou cinco anos, também é um fator que encarece a operação e dificulta sua execução.

Apesar de ser considerada controversa por alguns especialistas, o governo federal acredita que há algum respaldo legal para a proposta ir em frente, a despeito do custo alto para o Rio. Um dos argumentos é que os royalties são receitas patrimoniais, sobre as quais não haveria vedação explícita para que seja dada em garantia de uma operação de crédito. A outra explicação é que o Senado aprovou resoluções autorizando operações dessa natureza, que viabilizaram antecipações de royalties pela

Rioprevidência, responsável por pagar as aposentadorias dos servidores do Estado.

Embora números em torno de R\$ 1 bilhão a R\$ 1,5 bilhão a serem levantados com a operação tenham circulado no governo, uma fonte da área econômica afirma que, para dar um alívio de fato ao Rio, o volume envolvido teria que “ser bem maior” do que isso. O interlocutor, entretanto, não quis revelar o número que considera ideal.

Um secretário de Fazenda que pediu a anonimato avalia que a iniciativa dificilmente conseguirá ser viabilizada, dada a imagem do Rio e a complexa construção jurídica que ela envolveria. Além disso, os riscos da operação seriam relevantes para o financiador. “Que banco vai querer fazer?”, questiona a fonte, lembrando que o Rio tem registrado inadimplência em operações com garantia da União.

Nos últimos meses, o Tesouro foi obrigado a honrar parcelas de financiamentos tomados pelo Esta-

do, com garantia federal. Por conta disso, a União tem bloqueado repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para não ficar com o prejuízo. Mesmo com o crédito honrado pelo Tesouro, a imagem do Estado fica prejudicada perante o sistema financeiro, o que encarece os custos de futuras operações de crédito.

De qualquer forma, o governo federal ainda estuda o que mais pode ser feito para socorrer o Rio de Janeiro e mais de uma dezena de Estados. Mas a avaliação é que não adianta ajudar apenas no lado da receita sem atuar para diminuir o problema das despesas elevadas e rígidas desses entes, em especial o gasto com pessoal.

“Cerca de 70% da despesa desses entes é com pessoal e é preciso resolver isso. Eles precisam fazer como a União, atacando o lado da despesa antes de discutir outras coisas”, afirmou fonte do governo. “Nós podemos até completar com alguma ação emergencial, mas a ordem não pode ser inversa.”